

Ata da reunião COMDEMA 27/05/2025

Sob a coordenação de Bruno Felipe Gonçalves, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, reuniram-se em sessão ordinária e presencialmente os seguintes membros e convidados do Comdedma: Tati, Silvia, Marcos, Catalina, Camila, Cássia, Ionná, Lucas e Jaques, no dia 27/05/2025, às 17:00 horas, conforme convocação via grupo whatsapp. A reunião contou também com a presença especial da Secretaria de Planejamento, Convênios e Assuntos Estratégicos Adriana de Fátima e Silva e o Secretaria de Finanças e Orçamento Leonardo de Souza, para tratar das seguintes pautas:

1. Aprovação da Ata da Reunião de 06 de maio de 2025
2. Plano Plurianual (PPA)
3. Estrada do Baú

(A aprovação da [Ata do 6/05/2025](#) ficou pendente)

Adriana e Leonardo se apresentam e informam que, no contexto do PPA (Plano Plurianual), estão consultando os conselhos. afirmam que o município conta com orçamento direcionado por tal plano para os próximos quatro anos e que este deverá ser aprovado pela Câmara. Adriana afirmou que, uma vez aprovado, o PPA não permite mudança. Este plano é macro, apresentando orientações para os investimentos públicos. Segundo Leonardo, os conselhos são os foros privilegiados para a definição das diretrizes deste plano. Adriana pede para os membros do conselho definirem prioridades com relação às políticas de meio ambiente.

Jaques toma a palavra e fala do PSA, explicando que o Município aprovou uma lei em 2021 e um Decreto em 2023 criando uma política pública para incentivar a recuperação, conservação e melhorias ambientais de diversas categorias. Para tanto, criou o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais sendo imprescindível prever, no PPA, aporte de valores a cada ano viabilizando a realização do programa, inclusive através de projetos e ações específicas. Também relatou que a Ama São Bento propôs no Comitê de Bacias para financiamento pelo Fehidro, um projeto de diagnóstico, estudos e levantamentos na área de captação de água pela SABESP, projeto esse que finalizou com a elaboração de 5 Planos Individuais em Propriedades naquela área. Completou que, em maio, a Ama São Bento apresentou, da mesma maneira, novo projeto para realização dos plantios planejados. Após os plantios e sua manutenção, que demorará 3 anos, os proprietários deverão receber a verba de PSA prevista para incentivar e replicar a ideia em outras áreas.

Adriana lembrou que existe outro PSA - de saneamento -, que cobre apenas o valor do biodigestor. Diz que o valor é mínimo, muito baixo, como se fosse um reconhecimento. Adriana fala que é necessário estudar com o Bruno possíveis mudanças na arrecadação da taxa de lixo e outros impostos para destinar recursos aos PSA e outros fundos socioambientais.

Cássia pergunta para Adriana como o recurso público é comprometido. Adriana fala que são priorizados os serviços essenciais, como saúde e educação. Cássia sugere que a questão do lixo seja bem trabalhada, inclusive, e talvez sobretudo, em ambiente escolar. Que essa seria uma

forma de cortar gastos. Educação ambiental, portanto, como um investimento público. Silvia frisa que educação ambiental é algo contínuo, que não tem eficácia se mobilizada apenas na Semana do Meio Ambiente.

Lucas tomou a palavra para tratar da crise climática e da necessidade de constituição de reservas de contingência. Questionou, então, qual o montante dos recursos municipais já empenhado e qual o valor atualmente disponível em caixa. Falou-se, então, que planos de mitigação estão sendo feitos (SAMA/FEHIDRO).

Catalina lê as sugestões de prioridades que haviam sido mandadas pelo coletivo Virando Sustentável ao prefeito Gil. Um dos pontos salientados era reforçar o financiamento municipal destinado à fiscalização. Foi consenso que este ponto será de responsabilidade do Consórcio Municipal de licenciamento ambiental. E Bruno afirmou que vai incluir no contrato do Consórcio a fiscalização de movimentações de terra com menos de 100m³, entre outras ações de fiscalização que hoje são cobertas pelo município.

Foi falado, então, que o PPA deve concentrar-se em coisas que efetivamente se podem medir. Discute-se como seria possível medir a eficácia das políticas de meio ambiente. Discute-se também a necessidade de se aumentar a receita. Jaques fala na possibilidade de se aumentar a taxa do lixo para ter mais receita. Bruno aventa a possibilidade de se vincular a taxa do lixo à conta da eletricidade, visto que em geral quem consome mais eletricidade produz mais lixo.

Lucas manifestou que a receita do município de São Bento do Sapucaí apresenta estreita relação com o setor turístico, destacando o papel estratégico dos conselhos municipais na formulação de mecanismos que promovam incremento da arrecadação a partir desse setor. Mencionou, como exemplo, a possibilidade de instituição de taxas de circulação para veículos de turistas.

Foi debatida, ainda, a inexistência de impostos ou taxas incidentes sobre os empreendimentos de hospedagem do tipo *Airbnb*, os quais têm se proliferado no município e fazem uso da infraestrutura pública — a exemplo da gestão de resíduos sólidos e manutenção das estradas — sem, contudo, contribuírem diretamente com a arrecadação municipal.

Catalina menciona o plano de compostagem, e uma eventual parceria com o Instituto Polis. Fala-se que antes seria preciso encaminhar de forma eficiente o tratamento atual dos resíduos sólidos porque “do jeito que está não pode continuar”. Existe uma dificuldade muito grande em contratar pessoal e o que tem não está dando conta.

Adriana, então, sugere que façamos as propostas.

Tem acordo geral de avaliar um aumento no orçamento do fundo para o PSA Municipal.

O tema do tratamento de lixo predomina. Gaia fala sobre sua ideia de fazer um documentário sobre o caminho do lixo, como forma de sensibilizar a população. Aparece o tema das entidades que ficam com o dinheiro fruto da reciclagem, e questiona-se o mecanismo de repasse das mesmas. Fala-se em conservar o dinheiro no próprio centro de triagem. Adriana diz que o conselho pode contribuir com o poder público para que essa alteração na lei seja feita. Todos concordam que é prioridade reduzir o volume de lixo que vai para o aterro e que é preciso aumentar a reciclagem.

Catalina fala que parte do orçamento do PPA deveria ser destinada ao PMMa, especialmente direcionada para a formação de corredores ecológicos.

Outro objetivo de curto prazo é a importância de se estimular o plantio agroecológico e a redução do uso de agrotóxicos. Fala-se na necessidade de se estabelecer parcerias com a CATI.

O tema da educação ambiental também é reconhecido como prioritário. Surge a ideia de retomar o trabalho já iniciado de adaptação da sede do Centro de Triagem como Centro de Educação Ambiental, seguindo os alinhamentos do Ministério do Meio Ambiente. Para tanto, seria necessário um financiamento permanente que cobrisse os custos de programação, visitações, etc.

Mais uma vez a Adriana diz que o governo é obrigado a cumprir o que estiver no PPA, isto é, que devem entrar questões passíveis de serem executadas. Ressalta que o questionário está disponível no site da prefeitura até o dia 13 de junho.

O Bruno fala da dificuldade que está tendo para executar o PSA de Saneamento já mencionado. O programa, que almejava dar prioridade ao bairro do Cantagalo, está tendo dificuldades para atrair interessados, entre outros motivos, pelo fato do CAR ser pré-requisito. Bruno foi consultado sobre a possibilidade de fazer mutirão de voluntários para ir aos bairros e apoiar a divulgação da campanha, explicando para a população o que é o CAR e apoiar fazendo as inscrições. Foi mencionado um problema de confiança da parte da população do Cantagalo, que ficou incrédula depois do fracasso das obras da SABESP na região. Bruno mencionou a possibilidade de adiar o prazo que vence no dia 19/07.

Passa-se ao tema do PMMa, e Bruno diz que a Consultora do PMMA virá para complementar o trabalho de revisão dos mapas no dia 13 de junho.

Cata lembra que o Bruno ficou de fazer o orçamento das placas. Bruno disse que ainda não fez porque a prefeitura está com um pagamento pendente e a fábrica não fará outro serviço sem antes receber o que lhe é devido (dívida herdada do antigo secretário, Rafael Olímpio).

Passa-se ao tema da Estrada do Baú. Bruno reafirma que a chefe do DER disse que não vai começar a obra sem antes ter o licenciamento. Confirma a informação de que o trabalho incluirá 11 travessias em corpos d'água (o que deveria incluir autorização da CETESB). Comenta-se que, como a via já existe, trata-se de fazer melhoria. Comenta-se que a dispensa de licença para poda de árvore será emitida pela prefeitura e que vai haver plano de compensação (também incumbência da prefeitura). Silvia pergunta se o projeto da pavimentação está disponível para a população, e onde. Foi informado que a largura da via não irá passar dos 5,4m. Cássia pergunta se seria possível fazer piso intertravado e se estavam contempladas passarelas para animais.

Foi informado que há dois tipos de redutor de velocidade: o sonoro, que será implementado pelo Estado de São Paulo; e as lombadas, que serão financiadas pelo município. A manutenção da estrada e o plano de compensação da obra também ficam por conta da prefeitura.

Lucas manifestou que tomou ciência da obra de forma inesperada, tendo expressado surpresa inicial. Contudo, relatou ter-se tranquilizado ao obter a informação de que não haverá alargamento da via.

Eu, Camila Vargas lavrei a presente ata.